

Tudo pronto para a 16ª edição do encontro anual que a AMPB promove entre seus associados. A Entidade reforça o convite aos magistrados de todo o Estado para o evento que será realizado entre os dias 3 e 5 de junho, em Campina Grande, no Garden Hotel. Juntamente ao Encontro, ocorrerá o Festejo Junino da AMPB, que contará com show de Pinto do Acordeon, Capilé e do humorista Cris-tovam Tadeu. Veja toda a programação científica e social nesta edição.



XVI Encontro de Magistrados Paraibanos

O Poder Judiciário numa sociedade descontente: impasses, desafios e modernização da Justiça.

Pag. 3

Assembleia Geral

Convocados extraordinariamente pela AMPB, associados e associadas trataram em assembleia sobre o regime de pagamento da PAE e de precatórios, assuntos que necessitam de decisões soberanas da classe para serem trabalhados pela Entidade. Cerca de 1/3 dos magistrados paraibanos compareceram ao auditório do Fórum Cível da Capital no último dia 30 de abril. Confira nesta edição as deliberações da categoria.



Pags. 4 e 5

Gravação de Audiência

Pag. 5

Curso de tiro

Pag. 6

Merecimento

Pag. 6

Após meses de preparativos, tenho a honra de convidar todos vocês para nosso encontro anual, que será no Garden Hotel, em Campina Grande, de 3 a 5 de junho. Trabalhamos bastante para realizar uma programação científica que reúne renomados palestrantes, bem como uma programação social de qualidade inigualável.

O XVI Encontro de Magistrados Paraibanos abordará o tema "O Poder Judiciário numa sociedade descontente: impasses, desafios e modernização da Justiça". Nosso objetivo é discutir meios de maior efetivação da Justiça, criando mecanismos jurídicos e administrativos que promovam um melhor aproveitamento do trabalho diário de nossos magistrados, provocando a consciência de que uma gestão democrática é a peça fundamental para o desenvolvimento do Judiciário.

Ao mesmo tempo, será uma oportunidade de externarmos à sociedade nossa preocupação e atuação em busca de melhoramentos cada vez mais necessários

para o Judiciário.

Entre nossos convidados para proferir palestras e conduzir painéis estão o Ministro Gilson Dipp (CNJ), Procurador Eugênio Pacelli de Oliveira (DF), Juiz Gervásio Protásio (MA), Juiz Marcelo Augusto Costa Campos (SE), Juiz Thiago de Almeida Brandão (PI), Procurador Bruno Garcia Redondo (RJ) e o Procurador Eleitoral Luiz Carlos dos Santos Gonçalves (SP).

O Encontro será uma ótima oportunidade para os colegas discutirem entre si assuntos relevantes para o nosso trabalho do dia a dia, como as reformas dos Códigos Processo Penal e Processo Civil. Sobre tudo para os que estão atuando pela Justiça Eleitoral, introduzimos palestra sobre as minireformas de 2006 a 2009.

E, levando em consideração o necessário debate acerca de melhorias de trabalho, os participantes poderão aprofundar os questionamentos acerca da gestão democrática do Poder Judiciário e modernização da Justiça.

Tenho certeza que este momento oportuno para nossa categoria acarretará

em desenvolvimento intelectual, qualificação profissional e, sobretudo, consciência para união fortalecedora do trabalho institucional.

Não posso fechar esse espaço sem enaltecer a colaboração do nosso colega Horácio Ferreira de Melo, cujo trabalho e dedicação foram fundamentais para a realização do XVI Encontro.

Por fim, convido todos (as) associados (as) para participarem da programação social do Encontro. O Festejo Junho da AMPB será realizado na noite do dia 4 de junho, no restaurante do Garden Hotel. Teremos show de Pinto do Acordeon, Capilé e do humorista Cristovam Tadeu. Já o encerramento contará com uma grande confraternização entre os participantes, na manhã do dia 5 de junho, em churrasco na área de lazer do hotel, com show de Biliu de Campina. No mesmo dia, à noite, haverá passeio opcional ao Parque do Povo.

Conto com a participação de todos vocês. Será um prazer recebê-los!

À sua disposição, Antônio

Silveira

Presidente da AMPB

Expediente

Declarado de utilidade pública pelo Lei Nº 2.756, de 05 de janeiro de 1962. Publicado no DOE em 09/01/62

BIÊNIO: 2008/2010

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Juiz Antônio Silveira Neto
Vice-presidente
Juiz Sivaldo Torres Ferreira
1º Secretário
Juiz Marcos Coelho de Sales
2º Secretário
Juiz Horácio Ferreira de Melo Júnior
1º Tesoureiro
Juiz Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
2º Tesoureiro
Juiz Lella Cristiani Correia de Freitas e Sousa

CONSELHO DELIBERATIVO

1º Membro
Juiz José Bonifácio Lima Lobo
2º Membro
Juiz Fábio José de Oliveira Araújo
3º Membro
Juiz Ramonilson Alves Gomes
4º Membro
Juiz Alexandre José Gonçalves Trindade
5º Membro
Juiz Manoel Maria Antunes de Melo

SUPLENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

1º Membro
Juiz Francisco Néris Pereira
2º Membro
Juiz José Gutemberg Gomes de Lacerda
3º Membro
Juiz Falekendi de Sousa Queiroz
4º Membro
Juiz Thana Michelle Carneiro Rodrigues
5º Membro
Juiz André Almeida Dantas

CONSELHO FISCAL

1º Membro
Juiz Edson Rodrigues Alexandre
2º Membro
Juiz Manoel Gonçalves Dantas de Abreu
3º Membro
Juiz Cláudio Pinto Lopes

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

1º Membro
Juiz Edilson Medeiros Silva
2º Membro
Juiz Geraldo Paulino Costa
3º Membro
Juiz Anna Maria do Socorro Hilário L. Felício

Home-page: www.ampb.org.br

Produção Editorial:

Jaqueline Medeiros dos Santos
DPE-PP 1253
Contato: imprensa@ampb.org.br

Diagramação:

Ludiane Maria Cantaliga

Colaboradores desta edição:
Jornalista Flávio Félix
Professor Trindade

Os artigos assinados publicados neste jornal não refletem necessariamente o entendimento da AMPB, sendo de total responsabilidade de seus autores.

ABRAME realiza encontro regional em Campina Grande

A Associação Brasileira dos Magistrados Espíritos promoverá seu primeiro encontro regional nos próximos dias 21 e 22 de maio, em Campina Grande, no auditório do Tribunal do Juri do Fórum Afonso Campos.

O I Encontro Regio-



nal de Magistrados Espíritos abordará o tema "Diálogo entre Justiça e Sociedade". Para

inscrever-se, basta doar um kg de alimento não-percível. As vagas são limitadas. Maiores informações através do e-mail keops@nede.com.br ou (83) 9975-0103/8670-5027.

O evento contará com palestras, painéis e apresentações artísticas. Confira programação completa no site www.ampb.org.br.



XVI Encontro de Magistrados Paraibanos

O Poder Judiciário numa sociedade descontente: impasses, desafios e modernização da Justiça.

Campina de braços abertos para receber a magistratura paraibana

Durante os próximos dias 3, 4 e 5 de junho, a AMPB reunirá seus associados e associadas para a 16ª edição do Encontro de Magistrados Paraibanos. Abordando o tema "O Poder Judiciário numa sociedade descontente: impasses, desafios e modernização da Justiça", toda a programação será desenvolvida no Garden Hotel.



Formulado em novo formato, o Encontro, além de ser realizado na cidade de Campina Grande, terá uma grade de programação social, com eventos que visam fomentar a união da categoria e propiciar momentos de congraçamento entre os integrantes da classe.

Dentro do XVI Encontro será realizado o Festejo Junino da AMPB, no restaurante do Garden Hotel, na noite do dia 04 de junho, com muita

comida típica e autêntico forró nordestino, com shows de Pinto do Acordeon e Capilé. Seguindo a receita de sucesso iniciada no último encontro realizado, o evento contará com um animado show de humor, com Cristovam Tadeu.



XVI Encontro

PROGRAMAÇÃO CIENTÍFICA:

Dia 03 de junho de 2010 - Quinta-feira
20h00min - Sessão Solene de Abertura - Ministro Gilson Dipp
Palestra: Palestra: "Papel institucional do CNJ no desenvolvimento do Judiciário brasileiro"

Dia 04 de junho de 2010 - Sexta-feira
MANHÃ
09h00min - Palestra: Reforma do Processo Penal - O novo CPP
Palestrante: Eugênio Pacelli de Oliveira - Procurador Regional da República na PRRI/DF
10h30min - Painel: Gestão Democrática do Poder Judiciário e Modernização da Justiça

Painelista: Juiz Gervásio Protásio - campanha AMB
Painelista: Juiz Marcelo Augusto Costa Campos - Auxiliar da Presidência do TJSE
TARDE
14h30min - Painel: Reforma do Código de Processo Civil - Anteprojeto do novo CPC
Painelista: Juiz Thiago de Almeida Brandão - membro da Comissão de Reforma do CPC da AMB

Painelista: Bruno Garcia Redondo - Professor da PUC/RJ
15h30min - Palestra: O Direito Eleitoral após as minirreformas de 2006 a 2009
Palestrante: Luiz Carlos dos Santos Gonçalves - Procurador Regional Eleitoral de São Paulo

PROGRAMAÇÃO SOCIAL:

Dia 04 de junho de 2010 - Sexta-feira
NOITE
21h00min - Festejo junino da AMPB - jantar no hotel: comida típica, shows de Pinto do Acordeon e Capilé. Apresentação do humorista Cristovam Tadeu

Dia 05 de junho de 2010 - Sábado
MANHÃ
11h00min - Encerramento: churrasco na área de lazer do hotel, com show de Biliu de Campina
NOITE
20h00min - Passeio opcional ao Parque do Povo

OBSERVAÇÃO: PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÕES DE ACORDO COM A AGENDA DOS PALESTRANTES



A AMPB promoverá ainda o congraçamento entre os colegas, em churrasco que marcará o encerramento do Encontro, na área de lazer do hotel, onde haverá apresentação do renomado cantor Biliu de Campina.

Os participantes também terão a oportunidade de aproveitar o "Maior São João do Mundo", em passeio que a AMPB promoverá, na noite do dia 05 de junho, ao Parque do Povo.

Com realização da AMPB e apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), o evento conta ainda com patrocínios da Cesed/Facisa, FIER, Unimed CG, Unicred, Federação das Unimed do Estado da Paraíba, Gráfica Marcone e Shopping Boulevard. Confira ao lado a programação Encontro.



Conheça as deliberações da categoria sobre PAE e precatórios

Assembleia Geral

No último dia 30 de abril, a AMPB reuniu seus associados em Assembleia Geral Extraordinária. As deliberações giraram em torno da PAE e precatórios. "Decisões de extremo interesse da categoria precisavam ser avaliadas. Através da soberania da Assembleia, a AMPB tem agora respaldo para definir assuntos importantes para a classe", comentou o presidente da Entidade, juiz Antônio Silveira Neto.

PRECATÓRIOS.

Um dos pontos em pauta tratava a respeito do repasse de valores e critérios de pagamento dos precatórios. Deliberou-se que a AMPB deve comunicar ao Presidente do TJPB, ao Governador do Estado e ao Chefe da Assembleia Legislativa o inconformismo com o regime escolhido pelo Executivo, ou seja, o de parcelamento em 15 anos do débito, conforme opção estipulada pela Emenda 62. Será pleiteado o modelo menos prejudicial no entendimento da categoria, que é o de vincular os recursos para os precatórios à receita corrente líquida.

"A AMPB reivindicará ainda a revisão do Decreto do Governo, observando para que a dívida seja paga respeitando-se a ordem cronológica", afirmou o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira.

Outra definição da categoria foi de que seja oficiado ao presidente do TJPB a solicitação de imediata criação de uma gerência para precatórios.

PAE:

Outra deliberação da Assembleia foi a revisão da decisão tomada anteriormente pela classe no tocante à correção monetária e juros sobre os valores da PAE. Definiu-se que a AMPB fará requerimento ao TJPB dizendo que não aceita mais a dispensa de juros e correções, em razão do valor do parcelamento que foi determinado pela presidência, considerado muito baixo em virtude do montante do débito. "Além disso, disse Silveira, o processo inflacionário levará à corrosão deste valor".

"As condições do acordo anterior eram distintas, o pagamento por parte do TJ teria que ser realizado em médio prazo, não em pequenas parcelas como está sendo efetuado", lembra Silveira. "Inclusive porque o valor fixado para as parcelas não teve qualquer participação da Associação, sendo imposto um pequeno valor que torna-se inaceitável, sobretudo para os colegas cuja dívida alcança um maior montante", disse o presidente da AMPB.

Outro assunto em torno da PAE foi em relação à isenção de Imposto de Renda sobre o valor recebido. Deliberou-se que se deve esperar decisão judicial acerca de recurso impetrado pela Associação dos Magistrados do Maranhão.

A Entidade maranhense recorreu de decisão em primeira instância de juiz federal, que rejeitou pedido postulado nos autos do Mandado de Segurança impetrado em 22 de dezembro de 2009, por meio do qual os magistrados associados à AMMA estariam desobrigados a recolher Imposto de Renda referente à Parcela Autônoma de Equivalência.

Ainda com relação a PAE, o presidente da AMPB, atendendo a demanda de associados, convidou duas gerentes da CEF, que explicaram aos presentes sobre a operação de antecipação da PAE e disponibilizando aos interessados a operação, com taxa de juros média entre 1,30% e 1,40%, consignação esta que terá como fundamento a garantia de averbação no orçamento.

Ao esclarecer alguns presentes sobre a possibilidade de adiantamento integral do valor, a CEF respondeu que inicialmente o interesse do banco é somente antecipar o que já está dentro da rubrica orçamentária daquele exercício. O Presidente Silveira informou que já foi aprovado pela Assembleia Legislativa um aumento na rubrica orçamentária referente à parcela, no valor de 6 milhões de reais.

Além da CEF duas outras entidades financeiras prestaram as mesmas explicações, ou seja, de que só garantem operação que esteja dentro da previsão orçamentária. A UNICRED ofereceu percentual de juros de 1,26%, ao passo que o Banco Fibra apresentou proposta fazendo alusão a um convênio com o TJ Amapá, onde foi oferecida proposta com dois tipos de prazos, 12 e 48 meses, sempre condicionando ao valor garantido em orçamento.

A Assembleia definiu por autorizar que a Associação continue com as tratativas de antecipação da PAE, negociando com instituições financeiras a redução de juros e ampliação de parcelas, para que os associados interessados façam adesão, sem prejuízo das demais lutas.

XVI ENCONTRO DE MAGISTRADOS PARAIBANOS

Acerca do Encontro de Magistrados, a ser realizado de 3 a 5 de junho, no hotel Garden, Campina Grande, o presidente da AMPB e o 2º secretário - juiz Horácio Ferreira de Melo Júnior relataram sobretudo no que diz respeito à mudança na formatação do Encontro.

"Resolvemos aproximar o encontro de nossos colegas que atuam no interior, visto que estes sempre precisavam se deslocar até à Capital para prestigiar o evento", disse Silveira. "Além disso, nosso festejo junino sempre coincide com a realização do Encontro, desta forma, levamos o evento

para Campina Grande, cidade símbolo do São João em nosso Estado", disse Silveira ao reforçar o convite aos colegas. "Realizaremos o evento no Garden Hotel, onde há toda uma estrutura capaz de receber tanto a programação científica quanto a social".

REFORMA NA SEDE DE LAZER

Durante a Assembleia, a diretoria aproveitou ainda para falar sobre a complementação da reforma do Clube dos Magistrados, que objetiva oferecer um ambiente cada vez mais confortável aos associados.

Antônio Silveira informou sobre a

construção da residência do caseiro, da secretaria e do arquivo, que já estão em andamento. "Além disso, pretendemos ainda iniciar a melhoria da área interna dos apartamentos", falou ao mostrar já o projeto formulado por arquitetos para a reforma.



Magistrados terão acesso a kits para gravação de audiências

Preocupada em oferecer melhores condições de trabalho a seus associados, a AMPB está em fase de pesquisa de preço de equipamentos audiovisuais (web cam, microfone e software) para gravação de depoimentos e interrogatórios.

O uso da tecnologia acarretará maior celeridade nas audiências realizadas em Primeiro Grau. O "kit de gravação" ficará disponível na AMPB e cada associado poderá adquiri-lo a preço de custo. A instalação do kit vai ser custeada pela Associação. "Este será um grande avanço para o trabalho de nossos associados, desenvolvendo no esforço de tornar a prestação jurisdicional mais célere e efetiva", informou Antônio Silveira, juiz que preside a AMPB, ao verificar que a gravação de audiências com auxílio de um programa de computador, proporcionará uma economia de tempo em relação ao despendido sem esse recurso.

A ideia da AMPB se baseia numa iniciativa pioneira desenvolvida pelo juiz Rusio Lima de Melo, que passou a gravar suas audiências no ano de 2008, quando atuava na comarca de Princesa Isabel (PB). "É uma mudança muito simples e útil", explica o magistrado. "Basta apenas uma web cam e microfone acoplados ao computador para gravar as audiências, para

agilizar consideravelmente nosso trabalho", disse.

O magistrado diz ainda que grava todos os depoimentos em DVD. "Faço duas cópias, uma arquivo junto aos autos e outra posso guardar comigo, como medida de segurança". Rusio diz que ele mesmo faz a edição das imagens, separando as testemunhas. "Com o software adequado, este processo é muito fácil".

Segundo Rusio, o sistema foi bem aceito pelos advogados e promotores. "Afinal, deu mais facilidade e segurança aos julgamentos", justificou ao elencar um dos muitos benefícios. "Pode-se realizar várias audiências em um curto espaço de tempo. Não dependemos mais da digitação de um funcionário, pulamos essa etapa de ditar o depoimento que, além de ser cansativa e arcaica, deixa a audiência sonolenta e enfadonha", verifica ao falar que o sistema de gravação deixa o processo mais dinâmico.

A adoção do sistema é totalmente indicada por Rusio. Em sua opinião, até "indispensável". Para ele, além da celeridade e economia de servidores, que podem ser envolvidos em outra função mais necessária, há também a autenticidade do depoimento.

"Todos podem ver de forma fidedigna o que foi dito, além da expressão e comportamento

das testemunhas", sobretudo no Tribunal do Juri. "Com essa tecnologia, o jurado pode perceber através do vídeo as expressões das testemunhas". Observa ao afirmar que "o aspecto da fidelidade é fundamental porque diminui a margem de erro".

O magistrado explica que teve acesso ao sistema em uma vara Federal, onde coletou todos os dados necessários para passar a usar a tecnologia. "Desde então, obtive ganho surpreendente de tempo", uma agilidade que, segundo ele, beneficiou toda sociedade, devido a possibilidade de agendamento de um número maior de audiências em um único dia.

Outro benefício importante assegurado pelo sistema de gravação está relacionado ao manuseio dos autos, sobretudo aqueles que envolvem um grande número de volumes.

Rusio declarou que já comunicou a presidência do TJPB a respeito da tecnologia usada, explicando, inclusive que o custo para aquisição era baixo: "Enviei cópia de DVD para mostrar a qualidade do vídeo". Porém, o Tribunal ainda não se posicionou.

"Outros colegas já mostraram interesse e chegaram a perguntar sobre a iniciativa para copiar a ideia, reconhecendo a tamanha simplicidade". Tendo em vista o interesse de seus associados, a AMPB resolveu adquirir os kits para oferecê-los a preço de custo aos juizes.

Melhoria

João Batista torna-se membro efetivo do TRE-PB

No último dia 10 de maio, o juiz João Batista Barbosa foi empossado como membro efetivo do TRE-PB.

Na ocasião o vice-presidente do TRE-PB, des. Manoel Monteiro, saudou o juiz: "Sua vinda é um fortalecimento para a Justiça Eleitoral da Paraíba".

Após os cumprimentos, João Batista

agradeceu a todos os membros da Corte declarando: "Vejo-me como instrumento posto à democracia da nossa sociedade. Participar da Corte, ao mesmo tempo que representa uma conquista, também a tenho com grande responsabilidade. Este é um momento que estará guardado com zelo por toda minha existência".

João Batista foi escolhido por maioria de votos no dia 28 de abril pelo Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), e assume a vaga deixada pelo juiz Carlos Antônio Sarmento, por ocasião do término do seu biênio como membro da Corte Eleitoral.

FONTE: Ascom do TRE-PB

Posse

Associação requer adequação do TJ às normas de promoção e remoção estabelecidas em resolução do CNJ

Merecimento

A Associação dos Magistrados da Paraíba requereu à presidência do Tribunal de Justiça do Estado, através de ofício (protocolo 276.686-8), que se proceda a regulamentação dos critérios de promoção e remoção por merecimento, conforme determinado pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução nº 106/2010, publicada no Diário da Justiça da União, no dia 07 de abril de 2010.

A Entidade ressaltou a necessidade de regulamentação no âmbito do TJPB para integral adequação à aludida resolução, com a adoção de critérios objetivos tanto nas promoções quanto nas remoções por merecimento, consoante inúmeros precedentes do CNJ, notadamente no que se refere aos quintos sucessivos (PP 89/2005-AMB; PP 874/2006; PCA 200810000021641-oriundo da Paraíba; PP 200810000020697 - quintos sucessivos e enunciado administrativo nº 06).

Os desembargadores do Estado também receberam solicitação da AMPB, no intuito de que apoiem a imediata regulamentação dos critérios de promoção e remoção por merecimento, com a efetiva participação da magistratura.

Histórico de luta

No caso da Paraíba, a entidade representativa da magistratura vem tratando o assunto institucionalmente com seus associados durante as três últimas gestões que estiveram à frente dos trabalhos da Associação.

No ano de 2005, a AMPB levou alguns questionamentos ao Conselho Nacional de Justiça, cobrando a objetividade em algumas promoções por merecimento realizadas pelo TJPB. O fato demonstra que, na Paraíba, a luta associativa marcou a história da definição dos parâmetros agora estabelecidos pelo CNJ.

O texto da Resolução 106 do Conselho estabelece critérios que estão em sintonia com os sugeridos pela AMPB em ofício encaminhado, em maio de 2009, ao ministro Gilmar Mendes, presidente do CNJ.

A AMPB se manifestou ainda em ofício direcionado ao ministro Ives Gandra, presidente da Comissão de Prerrogativas na Carreira da Magistratura, em janeiro de 2010.

O sistema de pontuação também foi motivo de manifestação da AMPB para a obtenção da objetividade. "Promover o magistrado por mérito não é apenas eleger o mais capaz, é também fortalecer a independência interna do juiz e o respeito às diferentes posições políticas do magistrado, deixando-o a salvo das

ditaduras dos corpos colegiados, das pressões, das submissões, das injustiças e da degradação da carreira", enfatizou Antônio Silveira.

A contemplação na proposta de resolução do CNJ dos quintos sucessivos foi motivo de elogios da AMPB. Para a Entidade, o preceito dos quintos sucessivos é um histórico avanço institucional de consolidação do princípio da impessoalidade nas promoções de magistrados de 1º grau.

A AMPB espera que o Tribunal efetue com urgência a adequação de seus critérios de promoção e remoção por merecimento, a fim de que atendam as determinações do CNJ, bem como abra espaço para a participação efetiva da magistratura no procedimento de tal regulamentação.

Para a AMPB, o estabelecimento de critérios objetivos para a avaliação de magistrados no tocante à sua promoção e remoção por merecimento é uma conquista histórica para a categoria. O fato dará mais transparência aos tribunais, tornando-os mais democráticos.

"A promoção é certamente a questão mais importante para a carreira do magistrado, merecendo toda a atenção do Poder Judiciário e de seus órgãos associativos", garante Antônio Silveira.

"É por meio da movimentação vertical na carreira que se programa toda uma vida na judicatura e se mantém a motivação do juiz para o aperfeiçoamento, dedicação e compromisso com a função jurisdicional", afirma. "Desta forma, ganha também a sociedade, com uma justiça mais eficiente", completa o presidente da AMPB.

Comemoração reúne colegas que completam 18 anos de magistratura

Alegria

A descontração e a alegria tomaram conta da comemoração alusiva aos 18 anos da turma de juízes e juízas que iniciaram na magistratura a partir do 48º concurso de juízes realizado na Paraíba. Um almoço foi realizado no último dia 26 de março, no restaurante Cassino da Lagoa,

para marcar o conagração entre os colegas.

A AMPB parabeniza a todos os componentes da turma, agradecendo a dedicação de cada um desses magistrados que destinam suas vidas à aplicação da justiça de maneira honrosa e eficiente. "Cada um, com sua contribuição, faz nosso Judiciário melhor

a cada dia", comentou o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, que compareceu ao evento.



Teoria, prática e treino em curso de tiro oferecido pela AMPB



No último dia 17 de abril, cerca de 20 magistrados participaram de Curso de Tiro oferecido pela Associação dos Magistrados da Paraíba, no Clube Pessoaense de Tiro, no município de Santa Rita. Os participantes receberam orientação, teórica e prática, sobre o modelo de arma usada como prioritária em mais de 650 polícias do mundo inteiro e reconhecida por sua resistência, a "Glock .380".

O curso, realizado em parceria com a Polícia Militar da Paraíba, foi ministrado pelo Capitão Pablo Nascimento da Cunha. Os participantes receberam um certificado para registro de porte de arma e habilitação para a Polícia Federal, responsável pela autorização de aquisição de porte de arma. O evento contou ainda com um descontraído treino prático entre os magistrados, que se divertiram durante uma animada competição de tiro.

Os participantes do curso oferecido pela AMPB tiveram o privilégio de receber desconto especial oferecido pela empresa

representante da arma Glock, que fechou um lote exclusivo para magistrados, com valor diferenciado e facilitado.

O juiz presidente da AMPB informa que "receberemos a autorização dos interessados na compra da arma, fazendo a reserva junto a empresa representante da Glock. Nossa Entidade se prontifica ainda pela renovação de porte de arma. O magistrado poderá entrar no site da Polícia Federal, imprimir e preencher o formulário, pagar a taxa, e entregar a documentação

em nossa sede administrativa para que façamos os trâmites necessários", propôs Antônio Silveira Neto.

Durante o evento, a AMPB ofereceu um "coffee break" aos magistrados, que aproveitaram o momento para colocar os assuntos em dia com os colegas, convertendo o curso também em um momento de confraternização entre os integrantes da categoria.

Confira fotos do evento:

Aperfeiçoamento



AMPB cobra agilidade em ADI que trata de Interesse dos aposentados

Defesa do Associado

O presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba, juiz Antônio Silveira Neto, solicitou, durante reunião do Conselho Executivo e de Representantes da AMB, que a Associação dos Magistrados Brasileiros solicite junto ao STF a aplicação de precedente favorável a ADI 3593, que trata de interesse dos magistrados aposentados da Paraíba, considerando-se decisão da ministra Carmen Lúcia na ADI 1578, sobre Instituto de Previdência no Estado de Alagoas. Segundo Antônio Silveira, ações semelhantes foram movidas pela AMB em relação ao Poder Judiciário de outros estados junto ao STF, a exemplo do de Alagoas onde já foi decretado a inconstitucionalidade deste dispositivo pelo Supremo, abrindo precedente para revogação também na Paraíba.

A solicitação da AMPB partiu de parecer favorável, apresentado pela assessoria jurídica da AMB, sobre a possibilidade de extensão da decisão de lavra da ministra Carmen Lúcia na ADI 1578 às demais ADIs que tratam da matéria sobre os Institutos de Previdência.

Por meio de requerimento da AMPB, a AMB ingressou com a ADI 3593 no dia 03 de outubro de 2005, contestando a Lei 7.517/03, que criou a autarquia Paraíba Previdência (PBPrev) e a organização do sistema de previdência local e que incluiu os juizes aposentados nesse regime. A AMPB questiona a constitucionalidade com base na

independência e autonomia do Poder Judiciário, alegando que deveria ter sido criado um regime próprio do Poder Judiciário, que é um poder autônomo e independente, para inclusão dos magistrados inativos.

"A necessidade de julgamento dessas ADIs que levaram os aposentados a receber pelos institutos de previdências social em outros estados, como aqui na Paraíba é urgente, devemos lutar por uma definição, ainda mais quando temos a nosso favor esse precedente", disse Silveira ao citar a decisão referente ao Estado de Alagoas.

A AMPB continua na luta em favor de seus associados aposentados, acompanhando o processo e lutando pelo cumprimento e defesa das prerrogativas dos magistrados paraibanos.

Associação requer ampliação de cargos de assessores e juizes leigos

Metas CNJ

Preocupada com a perspectiva do aumento da produtividade necessário à implementação das metas definidas pelo CNJ no 3º Encontro Nacional do Judiciário, reforçado pela carência de juizes nas Comarcas de 1ª entrância, a AMPB requereu ao presidente do TJPB e ao Corregedor-Geral de Justiça do Estado, o imediato envio à Assembleia Legislativa de projeto de lei tratando da criação de cargos de assessor de gabinete do juiz e de juizes leigos.

Para a AMPB, tal medida dotaria as unidades judiciárias de 1º grau de pessoal dedicado à atividade-fim a um baixo custo orçamentário, com força intelectual voltada à produção de sentenças e atos interlocutórios. A Entidade externa preocupação em especial para as metas que preveem o julgamento de quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal, e todos aqueles de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006

e, quanto aos da competência do tribunal do Juri, até 31/12/2007.

"Neste particular é digno registrar que, apesar da carência manifesta de pessoal e de assessoramento compatível, os magistrados da Paraíba lograram no julgamento de mais de 12.000 (doze mil) processos distribuídos até 31/12/2005, cumprindo com 60% da Meta 2 de 2009", lembra Antônio Silveira Neto, o presidente da AMPB.

"Com o objetivo de melhorar o desempenho em 2010, inserindo, por um lado, o TJPB em posição de destaque no cenário nacional, e de outro assegurando às partes o princípio da razoável duração do processo, é que a AMPB vem propugnar pela adoção imediata de medidas administrativas e judiciárias compatíveis com o esforço a ser empreendido", explicou o representante da magistratura paraibana.

No requerimento encaminhado aos desembargadores Luiz Sílvio Ramalho Júnior e Abraham Lincoln da Cunha Ramos (protocolado sob nº 276.557-8, em 14/04/10), a AMPB salientou que para a consecução

do que é proposto, torna-se fundamental a urgente identificação das unidades e respectivos processos que não foram julgados, com estabelecimento de um plano de trabalho com vistas ao atendimento da meta.

O passo seguinte, sugere Antônio Silveira, "é, à semelhança do que ocorreu no ano passado, a formação de grupos de juizes, devidamente assessorados, para o julgamento do estoque processual pendente, selecionadas as unidades que serão auxiliadas de acordo com critérios objetivos, a exemplo do volume de processos prontos para julgamento".

"E, visando uma maior equidade na distribuição dos encargos, faz-se necessário que o recrutamento dos juizes participantes do mutirão de julgamento privilegie os que já atenderam ou estão na iminência do cumprimento da Meta 2 do ano de 2009, via de regra atuantes nas Comarcas e juizes com menor fluxo processual", completou Silveira.

AMPB solicita à AMB apoio a PL que isenta magistrados de imposto sobre carros blindados

Durante a Reunião do Conselho Executivo e de Representantes, que ocorreu no último dia 23 de abril, na AMB, o presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba apresentou sugestão no sentido de que a AMB apoie o Projeto de Lei nº 5411, que concede isenção de impostos para autoridades públicas e órgãos públicos na aquisição de proteção balística pessoal e para veículos automotores terrestres.

Segundo Antônio Silveira, a proposta para a AMB encampar a defesa do PL foi prontamente acatada pelos membros do Conselho. "Levantamos a questão graças à

sugestão apresentada por nosso colega Alberto Quaresma, que sabidamente solicitou à AMPB a luta em busca de apoio ao Projeto", explicou o presidente da AMPB. "Estamos sempre prontos a acatar as ideias dos colegas, nosso trabalho institucional depende da participação e colaboração de cada um de nossos associados", lembra Silveira.

Sobre o PL 5411:

O projeto de autoria do deputado Capitão Assunção (PSB/ES), está na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos

Deputados. O relator é o deputado Paulo Rubem Santiago (PDT/PE). Após esta Comissão, passará ainda pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Justiça. Não havendo recurso para Plenário, seguirá ao Senado, uma vez que é terminativo nas Comissões.

O texto propõe a isenção de imposto de importação, IPI, ICMS e ISS aos órgãos públicos, as autoridades judiciárias, policiais e do ministério público que adquirirem proteção balística pessoal e para veículos terrestres automotores.

Reivindicação

A pedido da AMPB, TJ passa a publicar assuntos dos processos administrativos em DJ

Acatando pleito da AMPB (PA 268 466-7), nas publicações do Diário da Justiça referentes aos processos administrativos dos magistrados e servidores passaram a constar o assunto de que trata o processo.

Em seu requerimento, a Associação explicou que a não publicação do assunto esbarra no princípio da publicidade. "Pois o público em geral desconhecia o que era 'deferido' ou 'indeferido', em favor desse ou daquele servidor", comentou Antônio

Silveira Neto, presidente da AMPB.

Em seu parecer, o juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Alexandre Targino Gomes Falcão, pronunciou que "com as ressalvas legais, ou seja, salvo nos casos em que o interesse público ou a honra pessoal recomendar sigilo, nas publicações do Diário da Justiça das decisões administrativas, passem a constar o assunto tratado no pedido". A decisão de Alexandre Targino foi acolhida integralmente pelo

desembargador Luiz Sílvio Ramalho Júnior, presidente do TJPB.

Antônio Silveira está de comum acordo, "a publicidade torna possível o efetivo controle dos atos administrativos e assegura a transparência necessária para a boa gestão administrativa", comemora o juiz, por mais uma conquista institucional.

Transparência

Magistrados discutem melhorias no sistema e-Jus dos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Atendendo pedido formulado pela Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), o coordenador Estadual dos Juizados Especiais, juiz Adhailton Lacet Correia Porto, reuniu, no último dia 3 de maio, magistrados dos Juizados e integrantes da Turma Recursal, visando implementar alterações no sistema e-Jus. A reunião aconteceu na biblioteca do Fórum Cível "Desembargador Mário Moacyr Porto", na Capital.

Na reunião, a AMPB reivindicou alterações urgentes no E-Jus. O sistema atual tem impedido o exercício da jurisdição pelos magistrados dos Juizados e Turmas Recursais, causando demora nos julgamentos dos processos. Adiantamentos constantes de audiências, acarretando prejuízos para as partes; constantes "quedas" no sistema; baixa velocidade da rede; dificuldades de localização de processos; problemas de leitura de

documentos e de usabilidade do sistema foram as reclamações dos juizes mais ouvidas pela coordenação dos juizados e serviço de informática do TJPB.

O presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, reivindicou, ainda, que a coordenadoria dos juizados se empenhasse na nomeação de novos analistas e técnicos judiciários para as Turmas Recursais que não possuem quadro próprio, bem como requereu a realização de estudos para implantar estrutura adequada com vistas a divulgar a jurisprudência dos Juizados e promover a sua uniformização.

O coordenador dos Juizados Especiais informou que a discussão terá prosseguimento no dia 28 de maio, com a realização de mais uma reunião com os membros da Comissão de Aprimoramento do Sistema e-Jus, composta por: juizes Adhailton Lacet Correia Porto, Juliana Duarte Maroja, Giovane Magalhães Porto, Henrique

Jorge Jacome de Figueiredo e Antônio Silveira Neto (presidente da AMPB); Lourdes Maria Coutinho (STJ); servidores Hallysson de Carvalho, Evelline Prudêncio e João Luiz de França Neto; coordenadores Matheus Ribeiro (Siscom) e José Teixeira Neto (Desenvolvimento de Sistemas).

A secretária de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça da Paraíba, Lourdes Maria, ouviu as expectativas dos magistrados com relação ao e-Jus e anunciou a formação, pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, de uma equipe de nove técnicos, para atender às demandas dos juizes usuários do sistema. "Com a iniciativa, a equipe vai procurar atendê-los dentro do prazo, implementando novas funcionalidades com vistas à melhoria do e-Jus", disse a secretária.

Com informações da Ascom do TJPB

Reunião

Novo convênio

A partir de convênio firmado entre a AMPB e a Livraria Saraiva, localizada no Manaira Shopping (João Pessoa), os magistrados associados à Entidade receberão desconto de 10% em suas compras. Os associados da AMPB bastam, no ato da compra, apresentar o documento de identificação de magistrado.

Homenagem

O desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira recebeu a outorga do título de "Cidadão Paraibano" no último dia 05 de maio, durante sessão solene realizada na Assembleia Legislativa, ocasião em que o homenageado foi saudado pelo deputado Tróccoli Júnior, autor da propositura. "Cheguei aqui, nesse Estado, no dia 11 de fevereiro de 1969. Por isso, já me sentia paraibano. Agora, com esta honrosa outorga, sou paraibano de direito com muito orgulho", declarou o magistrado.

Ministério Público

Levando em consideração a inspeção que o Conselho Nacional de Ministério Público realizou, no último mês de abril, no Ministério Público Estadual da Paraíba, a AMPB apresentou, através de ofício encaminhado ao Corregedor Nacional do Ministério Público, Sandro José Neis, sugestões que visam melhorar a prestação de serviços do MP na Paraíba.

Paraíba no CNJ

O presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira Neto, foi indicado para compor o grupo de trabalho responsável pela instituição nos Tribunais de todo o país dos Mutirões da Cidadania. A portaria com a designação do magistrado, assinada pelo presidente do Conselho, ministro Gilmar Mendes, foi publicada na edição do dia 14 de abril do Diário da Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Melhorias no Clube

Os magistrados já podem contar com um novo serviço no clube de Areia Dourada. Todos os apartamentos e áreas comuns do balneário estão com internet sem fio (Wi-Fi). Basta o magistrado solicitar a senha na secretaria do clube que poderá usufruir da internet 24h por dia. Segundo o juiz Antônio Silveira, essa é mais uma medida que visa proporcionar maior conforto aos associados que poderão, além de uma agradável estada, permanecerem bem informados também na nossa sede de lazer.

Melhorias no Clube (2)

Já foi iniciada a obra de construção da residência do caseiro do Clube dos Magistrados. Anexo à residência ficará uma secretaria e arquivo. Conforme a diretoria, após a finalização desta etapa, os apartamentos serão reformados internamente, com o intuito de oferecer mais conforto aos associados.

Formação de juízes

Em ofício encaminhado aos membros da comissão do Concurso Público para Juiz de Direito Substituto, a AMPB manifestou apoio ao pleito da Esma-PB, que pretende incluir o curso de formação de juízes como uma das fases do concurso público para ingresso na carreira da magistratura. "Caso não seja possível a referida inclusão, devido a impedimentos de ordem legal ou orçamentária, que se faça um curso de formação imediatamente após a nomeação dos aprovados para que estes não cheguem às suas comarcas desprovidos de um treinamento adequado", disse o presidente da AMPB.

Sexta Cultural

O projeto que leva música e diversão ao Clube dos Magistrados foi retomado no último dia 30 de abril. Para abrir a sequência de shows em 2010 foi convidado o cantor Jorge Ribas. Este, juntamente com sua banda, interpretou canções da MPB. Veja fotos do evento em nosso site www.ampb.org.br.

Aniversariantes

Malo

03 - Edivan Rodrigues Alexandre
05 - Renata Barros de Assunção
07 - Higia Antônia Porto Barreto
08 - Clara de Faria Queiroz
09 - Adriana Barreto Lóssio de Souza
09 - Raiff Fernandes de C. Júnior
10 - Falkandre de Souza Queiroz
10 - Eronildo José Pereira
11 - Amalury Ribeiro de Barros
12 - José Hermans Guerra
14 - Arnóbio Alves Teodósio
14 - José Benício Lima Lobo
15 - João Jorge de Medeiros Tejo
19 - Vanessa Andrade Dantas
21 - Octanny Pereira Batista
21 - Gilberto Rolim de Moura
23 - Bonerges Chaves Maia
23 - Romero Marcelo da F. Oliveira
23 - Ana Cammem Pereira Jordão
25 - Maria dos Remédios Pordues Sarmiento
26 - Ana Amélia Andrade Alecrim Câmara
26 - João Antônio de Moura
26 - Rita de Cássia Martins Andrade
28 - Magnolides Ribeiro Cardoso
28 - Elko de Almeida Santa Cruz
30 - Mário Lucio Costa de Araújo
31 - Marcos Antônio Souto Maior

Junho

04 - Alexandre José G. Trinet
05 - Terezinha de Jesus Lyra Caju
04 - William de Souza Fragoso
07 - Cláudio Pinto Lopes
07 - Marcos Benjamin Soares
10 - Onilda Machado Cordeiro
11 - Maria da Luz Florentino e Oliveira
10 - Severino Batista do Nascimento
10 - Meales Medeiros de Melo
10 - Manoel Gonçalves D. de Abranches
12 - Cammem Azevedo da Silveira
11 - Ana Christina Soares Penazzi Coelho
14 - Shirley Abranches M. Régis
15 - Geraldo Paulino da Costa
15 - Gabriela de Brito L. Leidão Nóbrega
16 - Maria de Fátima Lúcia Ramalho
16 - Nilo Luiz Ramalho Vieira
17 - José Herbert Luna Lisboa
21 - Vanderlita de Vasconcelos Neves
23 - Wilson Bezerra da Nóbrega
23 - Marcos William de Oliveira
25 - João Benedito da Silva
27 - Gustavo Pessoa T. de Lyra
27 - Sérgio Moura Martins
27 - João Batista Barbosa
28 - Giovanna Leite L. Lisboa Lucena
29 - Marco Aurélio Pereira Jatobá

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB Balancos Patrimoniais levantados em 31/12/2009 e 28/02/2010			Demonstração do fluxo de caixa para o período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro de 2010	
ATIVOS (R\$ 1,00)			FLUXOS DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	
	31/12/09	28/02/10		R\$ 1,00
Ativos Circulantes:			Entradas de caixa referentes a recebimentos e pagamentos:	
Caixa e bancos	406.072	414.334	Receitas	199.635
Poupança - Bco do Brasil	63.793	96.113	Menos variação em contas a receber	(8.349)
Contas a receber	51.175	59.524	Entradas de caixa	191.286
Outros ativos correntes	10.970	99	Menos variação em contas a pagar	(4.202)
Ativos correntes totais	532.010	570.070	Saídas de caixa	(4.202)
Ativos Fixos:			Outras saídas de caixa decorrentes das operações:	
Investimentos			Despesas de pessoal	(28.654)
Imóveis	1.028.324	1.028.324	Despesas AMB/ANAMAGES/AMA/IME	(30.775)
Móveis e Utensílios	165.391	165.970	Despesas com administração	(70.318)
Veículos	36.990	36.990	Despesas financeiras	(809)
Imobilizações em andamento	0	0	Despesas com manutenção	(17.238)
Instalações e equipamentos (líquido)	202.381	202.960	Total de saídas de caixa decorrentes das operações	(156.794)
Ativos fixos totais	1.230.705	1.231.284	Saídas de caixa referentes a pagamentos de impostos:	
ATIVOS TOTAIS	1.762.715	1.801.354	Menos variação em impostos acumulados	0
PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO (R\$ 1,00)			Entradas: Ajuste pertinente ao exercício social anterior	0
Passivo circulante:			FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS OPERAÇÕES	30.290
Contas a pagar	371.427	367.225	FLUXOS DE CAIXA - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Obrigações sociais/tributárias	1.486	1.486	Aquisição de ativos fixos	(679)
Passivo circulante total	372.913	368.711	Poupança - Bco do Brasil	(32.320)
Passivos totais	372.913	368.711	Variação de outros ativos circulares	10.871
Patrimônio Social	15.314	15.314	FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO EM INVESTIMENTOS	(22.028)
Superávits acumulados	1.374.488	1.417.329	VARIAÇÃO LÍQUIDA DO FLUXO DE CAIXA	8.262
Patrimônio Líquido Social total	1.389.802	1.432.643		
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL TOTAIS	1.762.715	1.801.354		

Balanco

Demonstração do Superávit do Exercício de 1º/01/2009 a 28/02/2010		R\$ 1,00
RECEITAS		
Receitas de Mensalidades	193.263	
Receitas Patrimoniais	5.590	
Outras Receitas	782	
Total das Receitas:	199.635	
DESPESAS		
Despesas de pessoal	28.654	
Despesas AMB/ANAMAGES/AMA/IME	39.775	
Despesas com administração	70.318	
Despesas de manutenção	17.238	
Despesas financeiras	809	
Total das Despesas:	156.794	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	42.841	
Variação do superávit retido no balanço patrimonial	42.841	

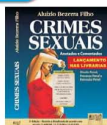
Cabedelo (PB), 14 de maio de 2010.
Dr. Juiz Romero Marcelo da Fonseca Oliveira - Tesoureiro
Hélio Roberto dos Santos Viégas - CT CRC/PB 003042-O2

Nota

- 1 - Essas demonstrações contábeis representam a situação econômico-financeira da AMPB no bimestre janeiro/fevereiro/2010.
- 2 - Deixamos de divulgar os relatórios de demonstração de receita e despesas do período, porque esses demonstrativos já foram divulgados no sítio da AMPB e, nessas demonstrações estão sendo divulgados na demonstração de superávit do exercício.
- 3 - Qualquer divergência entre as informações, pertinentes as receitas e despesas divulgadas no sítio da AMPB, e essas demonstrações podem ser analisadas e conciliadas, em razão de que a primeira são informações gerenciais e estas contábeis.
- 4 - A documentação pertinente à essas demonstrações encontram-se à disposição dos associados na Sede da AMPB.

Livros

Crimes Sexuais, 2ª edição, Jurú Editora. Autor: Aluizio Bezerra Filho, juiz titular da 6ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa-PB. Em sua obra, o autor apresenta um trabalho jurídico completo a respeito dos crimes sexuais, abrangendo todos os aspectos normativos e processuais. A exegese da legislação é exposta com a clareza que facilita aos Operadores Jurídicos acesso à informações que lhes permitem o conhecimento amplo dos casos concretos vivenciados no diário forense.



Cultura

Eventos

XIII Fenart (Festival Nacional de Arte 2010): 23 a 29 de maio, no Espaço Cultural, em João Pessoa.
Festejo Junino da AMPB: 04 de junho, no Garden Hotel, em Campina Grande. Shows de Pinto do Acordeon, Capilé e humorista Cristovam Tadeu.



Palavras Certas
Professor TRINIDADE

Português pela Bíblia (I)

Matheus 1, 18

"Ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim: Estando Maria, sua mãe, desposada com José, antes de se juntarem, achou-se ter concebido do Espírito Santo."

Esse versículo nos faz observar o seguinte: Após dois pontos, usa-se letra maiúscula se a pessoa vai começar novo segmento semântico (novo bloco de ideias) e minúscula se o pensamento após os dois pontos é uma continuidade do anterior. Por isso, no trecho citado se usou letra maiúscula após os dois pontos. Usaríamos letra minúscula se dissessemos, por exemplo: Ontem à noite, próximo à lagoa, foram cometidos dois pequenos furtos: um em frente ao Bompreço e outro em frente ao edifício Vitis Del Mar.

Observamos, ainda no segmento, a presença de um apostro explicativo: Maria, sua mãe. "Sua mãe" está explicando quem é Maria em relação a Jesus. As vírgulas foram usadas porque se usa vírgula para isolar o apostro

Ally McBeal Advogados loucos e adoráveis

A série Ally McBeal gira em torno de um escritório de advocacia. A protagonista se tornou advogada para continuar ao lado do namorado na faculdade. Só que ele foi trabalhar em outra cidade, e ela ficou, sozinha e infeliz. Anos depois, quando é contratada pelo Cag & Fish, onde um dos sócios é um ex-colega de faculdade, a surpresa: o ex-namorado está lá, também. E casado. Bem casado.

É a premissa da série, uma das grandes comédias românticas da TV. De 1997 a 2002, o programa americano mostrou tanto os relacionamentos loucos entre os advogados – a maioria solteiros tentando lidar com a própria solidão – e seu trabalho no tribunal, em casos não menos esdrúxulos. Em um momento pode ser defender um velhinho que tentou fugir da prisão dois dias antes de ser solto, ou defender uma empresa que está sendo processada por uma funcionária que acha o "dia da roupa de banho" assédio sexual.

O escritório fica em um edifício que possui, no térreo, um bar. O local é quase uma extensão do escritório, onde romances florescem e morrem e casos são debatidos – inclusive com o lado adversário. Ally e seus colegas – cada qual com sua excentricidade – não levam as



coisas de maneira normal. São apaixonados por suas ideias, e adoram uns aos outros – e por isso, discutem entre si o tempo inteiro.

Ally (Calista Flockhart) tem que encontrar um namorado, mas sabendo que o homem da sua vida, Billy (Gil Bellows), está logo ali – mas também a esposa dele, Georgia (Courtney Thorne-Smith). Ally costuma deixar sua imaginação voar e até interferir na realidade – mas ela sabe que, muitas vezes, o sonho é mesmo melhor que a realidade chata. Os dois sócios são figuras: Richard Fish (Greg Germann), cujo dinheiro é a principal preocupação, o que ele defende logicamente com sábios pensamentos que ele chama de "fishismos"; e John Cag (Peter MacNicol), repleto de excentricidades, mas o melhor advogado de Boston, praticamente imbatível. Há também a secretária bi-bil-hoteira Elaine (Jane Krakowski) e muita música a cargo da cantora Vonda Shepard no bar – a trilha é elemento fundamental na série.

Em determinado momento da terceira temporada (foram cinco, no total, três delas disponíveis em DVD no Brasil), uma ex-funcionária processa a firma. A acusação era de que o ambiente sexualmente carregado arruinou seu casamento. Assim, os advogados da série e seus relacionamentos foram parar no tribunal. No fim, a justificativa que os inocentou: é a amizade e, no fundo, o fato de todos ainda manterem dentro de si as crianças que um dia foram que os faz serem assim. O juiz afirma que, se estiver pelas redondezas e precisar usar o banheiro, é o banheiro unissex da Cag & Fish que vai procurar. Talvez fosse melhor que todas as firmas tivessem um banheiro unissex, afinal.

Cine-Justiça

Jornalista Renato Félix

explicativo. Desposada significa casada.

Idem 1, 19

"Então José, seu marido, como era justo, e a não queria infamar, intentou deixá-la, secretamente."

"Seu marido" é, também, apostro explicativo; está explicando quem é José em relação a Maria. Conforme já se disse, usa-se a vírgula para isolar o apostro explicativo. A oração "como era justo" equivale a porque era justo; é uma adverbial causal. Como está deslocada (no meio da principal) teria que ser isolada por vírgula. Infamar é atribuir má fama. Intentar, no texto, significa ter intenção. "La" é objeto direto de deixar. Deixá-la tem acento porque as formas verbais combinadas com pronome resultantes em oxítonos devem seguir a regra destes. Secretamente é adjunto adverbial de modo.

Idem 1, 20

"E, projetando ele isto, eis que em sonho lhe apareceu um anjo do Senhor, dizendo: José, filho de Davi, não temas receber a Maria, tua mulher; porque o que nela está gerado é do Espírito Santo."

As vírgulas depois do E e de isto estão isolando a oração adverbial deslocada (reduzida de gerúndio) "projetando ele isto". Note que a causa das vírgulas não é o conectivo E, mas sim o fato de a oração estar deslocada. A rigor, a expressão "em sonho" deveria vir isolada por vírgula, por ser um adjunto adverbial; no entanto, quando o adjunto adverbial é curto, admite-se descartar a vírgula. A vírgula antes de "dizendo" existe porque separa a oração anterior da oração adjetiva reduzida dizendo ("o qual disse"). A forma "não temas" está na segunda pessoa do singular do imperativo negativo, que usa como suporte o presente do subjuntivo (que eu tema, que tu temas...). O sujeito, aí, está oculto. Não temas (tu).

"Não temas receber a Maria". Na verdade, o verbo receber, no contexto, é transitivo direto: receber Maria. O narrador, por uma questão estilística, preferiu colocar a preposição A, dispensável. "Maria" é objeto direto preposicionado.